

SEMINARIO SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

TESE apresentada pelo INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
de Lisboa

COIMBRA
1974

19. TEMA

1 - PARTE

O ENSINO HERDADO DO FASCISMO CARACTERÍSTICAS DO ENSINO EM PORTUGAL

A inexistência do ensino infantil, a fraca extensão regional do ensino primário e a divisão (desde os dez anos) entre o ensino liceal e o ensino técnico - profissional, a inexistência de meios económicos fornecidos pelo Estado aos jovens para ingressarem nos estabelecimentos de ensino foram, e são ainda, características fundamentais da estrutura escolar portuguesa. Elas garantiam ao fascismo a divisão cultural entre as cidades e os campos, lançando nestes últimos, com a persistência geral do analfabetismo e a defesa da ignorância secular das massas, o campo favorito para o exercício da dominação ideológica mais ignóbil dos trabalhadores rurais e dos camponeses portugueses. Nas cidades os filhos dos trabalhadores estavam, na sua maioria, condenados a prescindir de qualquer educação a seguir à 4ª. (ou 6ª. classe) enquanto alguns outros conseguiam obter os rudimentos duma qualificação profissional no ensino técnico que, ao mesmo tempo, lhe vedava o acesso ao ensino superior. Entretanto os filhos de famílias burguesas, um grupo cada vez mais engrossado por alunos provenientes da pequena burguesia, prosseguem os seus estudos num ensino teoricamente de elite, o dos liceus com o fim único de entrarem nas Universidades portuguesas. Progressivamente, por motivos pedagógicos e económicos, um número crescente de alunos, que é já de há muito esmagadoramente maioritário, inicia sem concluir os seus estudos liceais e encontra-se sem qualquer preparação profissional obrigado a entrar na enorme máquina de administração do Estado corporativo, nos sectores de prestação de serviços, ou, na

máquina de guerra. Tudo isto acabou por denunciar sem sombra de dúvida, o ensino liceal e como aquilo que ele realmente é; o mais completo logro pedagógico da sociedade portuguesa, próprio apenas para a "política do espírito" dos fascistas.

Finalmente, a influência da ideologia nacional-clauvinista no ensino da arte e das ciências - humanas e da ideologia positivista nas ciências da natureza, bem como a subordinação a uma disciplina escolar militarista e a utilização generalizada de várias formas de violência pedagógica, acabaram por transformar as escolas portuguesas em verdadeiras máquinas voltadas para a submissão ideológica do povo português ao fascismo e de bloqueio das potencialidades intelectuais e da actividade criadora da imensa maioria dos jovens (e adultos) do nosso país.

O ensino superior confirma e completa este quadro. A um relativamente pequeno número de universidades e faculdades, onde abundaram os cursos de feição administrativa em detrimento dos de feição científica e técnica, era confiada a tarefa de formar aquilo que o regime chamava os elementos de elite, que em muitos casos iam ocupar cargos de administração pública ou privada.

Mas também aqui se faz sentir a política de obscurantismo cultural e de supressão das liberdades, foi criada e difundida uma ideologia altamente reaccionária, que, procurando desesperadamente alargar a base de apoio social do regime, tentava incutir miseravelmente sentimentos de superioridade intelectual e dividir os intelectuais do povo, os trabalhadores especializados dos trabalhadores manuais sem qualificação. Esta orientação foi sempre aplicada a custo dum apertado controle da administração escolar, dum severa fiscalização da função docente, feita à custa da cadeira ou da cátedra e da utilização sistemática da repressão policial contra as massas e organizações estudantis.

Entretanto os quadros em Portugal tiveram e têm ainda em muitos casos, uma situação económica e social altamente favorecida. Em embora já muitos dos privilégios estivessem em franco retrocesso, ainda o rendimento mensal médio dos engenheiros era de quase 20 mil escudos no sector privado e 12 mil escudos no funcionalismo, enquanto mais de 3/4 dos conjuntos dos engenheiros ganhava mais de 10.000\$00 por mês. Isto levou a que a Universi-

dade portuguesa representava sempre acima de tudo, aos ouvidos de muitos jovens com suficientes possibilidades económicas a promessa de se tornarem doutores, com proveitos práticos correspondentes.

Não admira por isso que ela se tornasse procurada por um número sempre crescente de alunos, especialmente provenientes duma pequena burguesia ameaçada, que ingressavam no ensino Universitário muitas vezes à custa dos maiores sacrifícios e deram origem, a partir do princípio dos anos sessenta, a uma evidente expansão da população Universitária, que no entanto não atingiu o nível existente nos outros países da Europa Ocidental.

Entretanto uma política de protecção aos grandes grupos económicos (spoils económico directo, contenção de salários e situações de monopólio no mercado interno) e de subserviência em relação ao imperialismo (que lhe permitisse coutelar importantes recursos naturais e sectores industriais de ponta, no nosso país), criou as condições dum fraco desenvolvimento da tecnologia na produção económica nacional e consequentemente um pequeno mercado de emprego para os quadros científicos e técnicos de qualificação superior. Entre os cerca de onze mil engenheiros existentes em Portugal em 1972, mais de 2/3 ocupavam cargos de chefia, 1/5 cargos puramente administrativos ou comerciais e 1/3 cargos que nada tinham a ver com a profissão de engenheiro. É entre os cerca de quatro mil técnicos médios de engenharia, no mesmo ano, quase 2/3 ocupavam cargos de chefia, 1/7 cargos administrativos ou comerciais e mais de 1/4 cargos que nada tinham a ver com a sua qualificação profissional.

E, no entanto, apesar da explosão escolar e da exiguidade do mercado de trabalho, não se registaram problemas de desemprego nem os graves problemas de subemprego de quadros, comuns noutros países da Europa Ocidental. Em 1971 era de cerca de 1% o desemprego entre engenheiros, e de 0,2% em 1972.

Neste último ano o subemprego subjectivo era de cerca de 10%. Isto, porque eram relativamente muitos os que entravam na Universidade, eram poucos os que dela saíam com os seus anseios satisfeitos.

A exiguidade das instalações escolares, o pequeno número do pessoal docente, o tipo autoritário da pedagogia, o abstracção reinante nos programas, a selectividade dos exames, frutor directos duma ideologia e duma po-

lítica obscurantistas para o ensino, agravados pelo desvio dos fundos públicos para a produção aos monopólios e mais tarde a manutenção dumia economia de guerra, reduzira quase a zero a eficiência do ensino universitário. Os sucessivos impasses pedagógicas daí resultantes levam ao afastamento das escolas universitárias de muitos alunos. Todos estes efeitos eram já visíveis nos anos cinquenta. Em meados dos anos sessenta podia-se dizer que somente cerca de 1/3 dos alunos inscritos acabavam regularmente os seus cursos. E mais uma vez estes ex-alunos, apesar do seu início de formação superior, apenas encontram lugar na administração pública ou nos serviços.

Chega-se assim a uma situação em que a maioria dos jovens a quem prometeram ser doutores e engenheiros acaba por abandonar a Universidade e dar em burocrata. Sem dúvida esta é a principal condição objectiva que levou ao recente aparecimento de um certo espontaneísmo e primarismo estudantil que tem como objectivo acabar para e simplesmente com os exames e assegurar que todos os alunos que não conseguem ultrapassar as dificuldades pedagógicas existentes, consigam apesar de tudo obter o seu diploma. Solução fácil, mas profundamente falsa como se acabou de ver, porque a verdadeira solução consiste em modificar as estruturas e métodos de ensino, mais do que a avaliação de conhecimentos.

Sob o fascismo a Universidade Portuguesa era o local de elite onde só tinham acesso uma minoria privilegiada e que só formava a minoria dessa minoria, com manifesto desprezo pelo facto de que para resolver os problemas económicos e culturais do povo português são necessários cientistas e técnicos.

Mas mesmo os cientistas e os técnicos que a Universidade forma não são aqueles que são necessários. Servirão talvez para engenheiros - administradores, para engenheiros - burocratas, para engenheiros - capatazes. Mas não têm a preparação para ajudarem a resolver os problemas práticos que darão ao povo português melhores condições de trabalho e de vida. Os jovens engenheiros portugueses não têm uma noção real do sistema de produção do país, e não aprenderam o que é projectar, planejar ou investigar problemas concretos da vida. Muitos dos que vão para a produção limitam-se a manusear e aplicar tabelas técnicas e regulamentos.

E nada disto se dá por acaso. Foi imposto nos programas de estudo, pela política educacional do fascismo em defesa dos monopólios e do imperialismo internacional e é a sua resposta directa a uma economia fundada nos baixos salários e dominada pelas multinacionais. Sem muitas máquinas complicadas a manter, comprando-as quase sempre a preços fabulosos a empresas estrangeiras, construindo as fábricas portuguesas à custa de cópias de "Know-hours" obviamente comprados a altos preços, americanos ou alemães, certamente que basta que os engenheiros portugueses saibam administrar, dactilografar, dirigir operários ou manusear almanaqueas. Ao mesmo tempo mantém-se as condições de exploração mais desenfreada das massas trabalhadoras acelera-se a dependência nacional do nosso país.

Mas uma política, que se torna agora possível, de defesa das classes trabalhadoras, inscrita numa perspectiva anti-monopolista e de independência nacional, exige que se passem a preparar técnicas para a vida, conscientes ideologicamente das suas responsabilidades na construção duma sociedade democrática. E é com escolas como o novo I.S.T. que esta exigência pode ser satisfeita.

No regime anterior a Universidade portuguesa encontrava-se envolvida numa contradição profunda entre os interesses de estudantes e do povo em geral de que as escolas preparem todos os alunos para a vida na medida exacta das suas capacidades e os interesses do fascismo e dos monopólios de que as escolas produzam um pequeno número de técnicos burocratizados e isolados do povo. Uma crise académica surgiu inevitavelmente em 1961 e 1962, com grandes lutas das massas estudantis contra o fascismo, crise que desde o seu primeiro sinal não mais deixou de se agravar. Conscientes da sua situação e das suas responsabilidades, da identidade de interesses que mantinham com as classes trabalhadoras, os estudantes portugueses rapidamente se tornaram num dos destacamentos mais aguerridos da luta popular.

2º. TEMA

E é esta consciência adquirida que permite hoje ao movimento estudantil integrar-se na luta popular ajudando a que prossiga ao fim a grande tarefa de: - democratizar o ensino, democratizar a sociedade.

Melhor do que em qualquer outro é no campo do ensino que se denuncia o obscurantismo cultural característico do que foi a dominação ideológica do fascismo sobre o povo português. Ora, apesar da importância das transformações já realizadas no país, é ainda o mesmo ensino que continua a existir nos seus troços gerais. E não é com ele que se consegue construir a democracia em Portugal. Há que criar para isso um sistema de ensino democrático inteiramente novo.

Sem dúvida, as possibilidades dessa construção se realiza que eram já grandes pela destruição do fascismo, aumentaram com o reforço das forças democráticas que se seguiu à crise governamental de Julho (e mais ainda após o desmantelamento da intentona de 28 de Setembro).

No momento actual este novo sistema de ensino constroi-se com a introdução duma Reforma Geral e Democrática do Ensino. Geral porque transformará o ensino em todos os graus e em todos os locais onde a educação do povo tenha lugar. Democrática porque virá a fornecer aos jovens portugueses (e no fundo à população portuguesa) a educação necessária à sua participação mas consciente e eficaz na construção económica e cultural e na defesa política intransigente dum novo país democrático com a consequente melhoria das condições de vida (cultural e económica) das massas trabalhadoras e do povo em geral.

As primeiras medidas tendentes à realização desta reforma foram já tomadas graças à iniciativa das massas estudantis e de largos sectores de docentes e encontram-se algumas delas já apoiadas por actuações e declarações do actual Ministro da Educação e Cultura.

Entretanto há ainda limitações que alguns podem procurar impor a todo este esforço de democratização do ensino. Dificuldades que podem ser ui trapassadas, mas que se devem enunciar.

Uma vez assegurada a educação democrática dos cientistas e técnicos portugueses, a todos aqueles que entram na Universidade e a todos que nela queiram entrar, há que assegurar que realmente o seu trabalho vai ser útil à vida do nosso povo. Há que assegurar que essa grande maioria de diplomados não vai conhecer o desemprego e que pelo contrário se vai empregar nos lugares mais necessários ao desenvolvimento económico do país e à liberdade e progresso social da população.

Justamente, as necessidades neste campo no nosso país são grandes, e é um factor positivo que haja entre a juventude o grande desejo de frequentar o ensino superior.

Mas toda o trabalho de reforma do ensino terá pouca utilidade se a economia nacional continuar indefinidamente, como até aqui, controlada pelos monopólios e pelo imperialismo.

Primeiro porque não serão criados os empregos necessários a todos esses novos quadros. Os monopólios e o imperialismo, que durante o fascismo tiveram todas as facilidades políticas para os seus negócios, deixaram-nos, neste capítulo, a situação que se viu. Agora manobram e procuram a sabotagem económica, o desemprego e a recessão. Assim, para não permitir o subaproveitamento, ou mesmo o desaproveitamento composto dos resultados concretos da reforma do ensino de engenharia e de ensino em geral, a actual situação económica deve mudar, e de imediato há que tomar medidas de controlo de actividade anti-democrática de monopólios, condição imprescindível de que a reforma seja profunda e haja estímulo para a sua própria concretização. Em segundo lugar o trabalho intelectual e manual dos novos cientistas e técnicos portugueses devem poder dirigir-se para os sectores onde ele seja mais necessário à satisfação dos interesses populares. E neste campo a situação ainda é mais grave. Minas há que estão fechadas porque a sua exploração não dá lucro aos seus patrões. Os problemas de alojamento são dramáticos e apenas se continua a construir casas para o grande e média burguesia. Uma grande parte da população não tem esgotos, nem condições higiénicas de vida e vivem em meios poluídos, nada se fazendo de sério neste capítulo. Na indústria electrónica continua-se a montar peças dos Estados Unidos e a comprar os aparelhos montados, vendidos pelos Estados Unidos. E estes são apenas alguns exemplos de como o trabalho dos

técnicos portugueses está a ser aproveitado pelos monopólios e pelo imperialismo contra os interesses do povo português. E denunciam já, sem deixar dúvidas no espírito de ninguém, que se a situação continuar como está, por muito boa que seja a reforma, o povo português pouco ganhará com isso. E os próprios estudantes também, por ficarem sujeitos a um futuro comprometido num trabalho sem finalidade.

A conclusão de todas estas ideias não é difícil de tirar, para que o R. G. D. E. seja realmente possível e completa há que empreender uma estratégia anti-monopolista e de independência nacional. E esta perspectiva está já aberta, e claramente aconselhada, no próprio programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório.

Assim a participação dos estudantes na realização da reforma do ensino apresenta-se como uma grande tarefa nacional, com aspectos extra-escolares, de alcance e significados muito profundos para o futuro do país. Essa participação torna-se hoje possível e irá corresponder, sem dúvida é uma nova, mais estreita e consciente forma de unidade entre os estudantes e o povo português.

2º. TEMA

II - PARTE

OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA REFORMA GERAL E
DEMOCRÁTICA DO ENSINO

Com a queda do fascismo e o ascenso da luta popular de massas que se deu no nosso país nos últimos tempos, estão abertas as condições para realizar a R. G. D. E.

Essa realização, afinal, traduzirá apenas a extensão ao campo do ensino do processo democrático revolucionário que se vive actualmente em Portugal, e corresponde à etapa imediata de transformação do ensino.

Como todas as outras tarefas do momento presente a R.G.D.E. se enrá acima de tudo obra da iniciativa das massas populares. Mas nesta tarefa particular, terá sempre um papel insubstituível o movimento das massas estudantis e dos professores de todos os graus de ensino, na medida em que contactam directamente com aquilo que é hoje a herança educacional do fascismo e se apercebem nesse contacto dos erros e problemas existentes. Trata-se duma grande responsabilidade que estes sectores são chamados a tomar, e que a consciência forjada num firme passado de luta anti-fascista não enjeitará.

Neste sentido há que procurar com vigilância e sentido objectivo que as medidas legais do Governo Provisório no campo do ensino, venham sempre ao encontro daquilo que de mais profundo há nas necessidades do povo português e daquilo que de modo positivo existe nas manifestações de vontade dos estudantes e professores de todos os graus de ensino.

Finalmente, na sua edificação a R. G. D. E. reger-se-á pelos se-

guintes princípios orientadores:

OBJECTIVO DO ENSINO

1 - O ensino terá como objectivo a produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos devidamente enquadrados numa visão ideológica democrática que permite uma intervenção activa e consciente no processo de transformação da sociedade portuguesa. Assim ele contribuirá para a evolução democrática e livre da situação das massas populares do país e para a sua crescente e decisiva intervenção na sociedade portuguesa.

Isto exige a destruição completa de todas as estruturas educacionais criadas pelo fascismo, bem como o combate à submissão do ensino aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

VIA ESCOLAR ÚNICA

2 - O novo sistema escolar deverá ser constituído por uma única via escolar, acabando com a divisão da data actualmente existente entre um ensino teórico - académico para os filhos da burguesia e um ensino prático - pragmático para os filhos dos trabalhadores dando um passo em frente, decisivo na abolição da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Neste sentido há que proceder à fusão do ensino livre e técnico - profissional, abolição da diferença entre ensino médio e superior, nacionalização das escolas profissionais, privadas e dissolução dos colégios.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

3 - Deverá ser assegurada a todas as crianças e jovens a frequência do ensino obrigatório, compreenderia este o ensino infantil e o ensino primário, pelo menos até à 6ª. classe.

Neste sentido há que institucionalizar com o único critério de admissão às escolas a avaliação das potencialidades intelectuais e manuais dos alunos, e criar o sistema de bolsas de estudo que permita realmente assegurar a aplicação integral deste critério.

CONTEÚDO DO ENSINO

4 - O novo ensino, teórico e prático, deve preparar para a análise e solução dos problemas que se põem às massas trabalhadoras e ao povo português. Assim a educação dos alunos, deverá constar além de sérios conhecimentos teóricos e técnicos específicos, de uma sólida formação democrática, ideológica e política, capaz de orientar toda a sua intervenção transformadora na sociedade portuguesa. Neste sentido há que trazer a vida real do país, tal como ela existe, para dentro dos programas e da prática escolar, recusando-se portanto a tentação tecnocrática de confundir a ligação à prática com um simples número de laboratórios, oficinas ou de trabalhos práticos, que, entretanto, é em muitos casos necessário.

MÉTODOS DE ENSINO

5 - O ensino deverá procurar o desenvolvimento harmonioso de todas as capacidades intelectuais, afectivas e físicas dos alunos, e, em particular, estimular a sua criatividade, o seu sentido crítico bem como o espírito de trabalho cooperativo.

Neste sentido, a primeira prioridade deve ser dada à formação dos professores de todos os graus de ensino, segundo as técnicas pedagógicas mais avançadas e progressivas, enquadradas no novo espírito democrático.

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E ESTADO DEMOCRÁTICO

6 - Finalmente, como corolário e garante de tudo o que antecede, deverão imperar as relações democráticas em todos os níveis do trabalho escolar e na integração das escolas no conjunto do aparelho de Estado.

Neste sentido as escolas terão de ser geridas democraticamente, com participação de todos os que a integram, especificamente estudantes e professores.

2º. TEMA

REFORMA DO I. S. T. - PASSOS A SEGUIR

Dentro dos princípios atrás enunciados e com o objectivo de se proceder às modificações mais urgentes, possíveis internamente ao Instituto, especificam-se as seguintes medidas. Todas elas podem ser concretizadas durante este ano lectivo e constituem assim um programa mínimo de trabalho pedagógico imediato que é proposto, que abrirá caminho a futuras medidas de reforma mais profunda.

1. No capítulo de construção duma via escolar única.

- a) Abrir o acesso ao I. S. T. dos alunos com o curso complementar das escolas industriais, realizando as modificações necessárias nos primeiros anos. Esta medida terá obviamente função transitória e deixará de ser necessária logo que haja fusão entre o ensino liceal e o ensino técnico-profissional.
- b) Realizar uma reforma única com o Instituto Industrial de Lisboa, de modo a constituir duas escolas que forneçam a mesma qualificação profissional, acabando-se assim, neste campo, com a divisão classista entre ensino médio e ensino superior.

2. No capítulo da reestruturação dos cursos.

- a) Introdução de dois graus. O primeiro, com a duração de 3 ou 4 anos, preparará essencialmente técnicos de produção, o segundo, técnicos de investigação e desenvolvimento e funções afins. Os dois graus realizam-se assim no mesmo estabelecimento de ensino e só podem frequentar o segundo os alunos que tenham concluído o primeiro.
- b) Aumento do número de especialidades com a criação de especialidades necessárias à resolução de problemas sociais cuja resolução foi até aqui completamente ignorada. Aparentam-se a título de exemplo: engenharia sanitária, engenharia bio-médica e aplicações de engenharia à indústria agrícola.

- c) Aumento ao leque de opções, que deixarão de ter a simples função de criar sub-especializações mas darão aos cursos de engenharia certas características interdisciplinares estabelecendo em cada um pontes de conhecimento para outros ramos de engenharia e permitiriam aos alunos ter uma concepção mais geral das possibilidades do seu próprio curso.
- d) Simplificação das cadeiras de ensino básico científico, no 1.º grau, com a supressão completa do abstraccionismo.
- e) Introdução de cadeiras destinadas à formação política e ideológica dos alunos, que substituirão as cadeiras de formação puramente académica "economia" e "sociologia". Estas cadeiras, além de fornecerem instrumentos de análise precisos para a compreensão das realidades concretas políticas e económicas do mundo actual e da sociedade portuguesa, educarão os alunos nos problemas de trabalho e sindicalismo dos sectores industriais bem como na administração da economia pública e planeamento.

3. No capítulo da modificação dos métodos de ensino

- a) Substituição do autoritarismo do ensino de cátedra pelo estímulo à criatividade intelectual e à crítica científica, individual e colectiva, dos conhecimentos difundidos. Isto exige maior número de docentes e a sua melhor preparação pedagógica.
- b) Introduzir na actividade escolar as condições de vida e as necessidades do povo português, pelo que a teoria deverá ter sempre como base concreta de referência, a sociedade portuguesa actual e a prática deverá consistir essencialmente em contributos para a resolução dos problemas que ela enfrenta. Construção paralela de mecanismos de intercâmbio entre a escola, por seu lado, e organizações populares, autarquias locais e certos departamentos do Estado

- c) Desenvolvimento do espírito cooperativo e do trabalho de equipa entre os alunos.
- d) Substituição dos exames por métodos de avaliação de conhecimentos inteiramente ligados ao processo de ensino e adopção dum critério de classificação submetido à vigilância colectiva das massas estudantis, que impeça tanto a existência de situações discriminatórias e injustas como o individualismo e o oportunismo fácil.
- e) Substituição de escala de classificação de 0 a 20 pela classificação "apto" ou "não apto".

IV - AS CONDIÇÕES POLÍTICAS E TÉCNICAS DE REALIZAÇÃO DA REFORMA DOS CURSOS DE ENGENHARIA E O MÉTODO DE TRABALHO A UTILIZAR NO I. S. T.

Não é suficiente apontar princípios gerais de actuação e mesmo medidas imediatas. É necessário partir da situação concreta existente, isto é, o sistema escolar de ensino superior e a estrutura dos cursos de engenharia no Instituto, e escolher os meios melhores para transformar esta situação.

E sob este ponto de vista o trabalho não se apresenta fácil. A estrutura escolar que o fascismo criou é muito rígida e impossível de reformar sem a construção de instituições escolares inteiramente novas.

Toda a decisão sobre reestruturação pedagógica estava antigamente nas mãos do ministério. Além disso o ensino era dominado por um sistema vertical de relações pedagógicas e administrativas numa organização pirâmide: estudantes, assistentes, professoras, catedráticos e M. E. N., que só nos últimos tempos se apresentou desagregada. Cada curso era, e é, constituído por um certo número de cadeiras, cada uma delas controlada em princípio por um catedrático, numa orgânica inflexível, pouco alterada pelo último rearranjo curricular, onde impere o obscurantismo intelectual, o divórcio entre os vários campos de conhecimento, o isolamento entre professores e alunos, o repúdio pela unidade pedagógica de todo o ensino.

A continuação desta estrutura escolar seria suficiente para impedir toda a transformação democrática do ensino. E o que se fez até agora, embora significativo e fundamental, é ainda muito pouco: substituição dos quadros superiores do Ministério, dissolução do conceito de professor catedrático, instituição de Conselhos de Gestão de escola democráticos em substituição dos conselhos escolares.

Para garantir a completa destruição do estado fascista em todos os aspectos da organização e funcionamento do ensino, além de realizar modificações nas relações pedagógicas (entre alunos e entre alunos e professores) e na prática escolar concreta, é necessário alcançar os seguintes objectivos:

1. Institucionalizar novas relações entre a escola e o M.E.C., pelas quais a escola, representada pela Comissão Directiva provisória.
 - a) Tem ampla autonomia na aplicação ao seu caso concreto da reforma do ensino prescrita para todo o país, a qual deverá ter sempre por base as conclusões do actual processo democrático em curso entre os estudantes e professores de todo o país.
 - b) É apoiada na resolução dos problemas materiais da educação.
 - c) É estimulada na investigação de novos e constantes aperfeiçoamentos pedagógicos.
 - d) É ouvida em todo o planeamento de acção educativa, as suas opiniões aceites se nenhum provado interesse da população portuguesa se lhe opuser.
2. Criar departamentos de ensino para substituir o actual sistema de organização dos cursos por cadeiras sem interacção mas com as outras. Os departamentos são unidades pedagógicas de disciplinas afins, com vida interna própria e autonomia na escolha concreta dos programas e métodos de trabalho de cada cadeira, uma vez especificadas as suas linhas gerais e tendo por base as sugestões e resoluções adoptadas pelos estudantes. Estes departamentos deverão englobar as discipli

nas que são afins, independentemente do curso ou especialidade a que pertenceu; por exemplo, deverão ser reunidas no mesmo departamento as disciplinas de sistemas dos cursos de engenharia electro-técnica e mecânica.

Paralelamente deverá ser abolida no seio do departamento toda a hierarquia docente que não seja estritamente decorrente dos conhecimentos e da experiência pedagógica bem como da dedicação à construção dum ensino democrático.

O espírito crítico, e a vigilância das massas estudantis, assegurará entretanto que sejam sempre respeitados o funcionamento e os objectivos democráticos desta organização departamental.

A criação dos departamentos é uma medida urgente, porque só ela abre caminho, tecnicamente, à introdução das medidas de reforma imediata,

3. Organizar com flexibilidade a estrutura dos cursos, de maneira a permitir modificações constantes dos currículos e, consequentemente, a facilitar a reforma permanente do ensino, e a diminuir os casos de "insucesso" escolar.

Esta organização flexível exige a reformulação da utilização do tempo escolar. Neste sentido as aulas referentes a disciplinas dum mesmo departamento deverão ser realizadas num número pequeno de períodos semanais, mais largo do que as actuais uma ou duas horas de teoria e prática quase diárias para cada cadeira. Isto permite que durante um período de tempo razoável estudantes e professores realizem um trabalho colectivo e coerente na única matéria ou em matérias semelhantes. Simultaneamente isto permite na arrumação mais racional dos tempos disponíveis na escola.

A mais longo prazo, os horários poderão ser organizados de modo a dividir em turmas não os anos de cada curso mas os alunos que se inscrevem em cada departamento. Assim, quando um aluno quiser obter um diploma de engenharia ser-lhe-á comunicada a lista das cadeiras obrigatórias e de opção que

constam do ramo e da especialidade de engenharia escolhida. Apenas condicionado ao sistema de precedências indicativo ou obrigatório existente, o aluno elaborará entre o seu plano de estudos, escolhendo as disciplinas a estudar em cada um dos anos do seu curso, de acordo simplesmente com as suas disponibilidades de tempo. A única restrição a observar na organização dos horários será a de que tempos escolares destinados a departamentos da mesma especialidade não deverão coincidir. Além de permitir alterações muito fáceis nos currículos escolares e de estimular o estudo concreto e colectivo de problemas reais, este sistema de organização de horários aumenta muito as possibilidades de recuperação dos atrasos escolares devidos a reprovações.

Sugere-se ainda o seguinte método para o trabalho de massas na introdução das medidas imediatas de reforma:

1. Discussão generalizada entre todos os estudantes dos princípios que orientarão a introdução da reforma do ensino nos cursos de engenharia.
2. Formação dum grupo de trabalhos por cada ramo de engenharia existente já, ou a criar. Estes grupos incluirão estudantes do 1º. ao 5º. ano e professores de todos os departamentos relevantes e estudarão os objectivos sociais e técnicos a fiscalizar a cada um destes ramos de engenharia, bem como o respectivo currículo e o sistema de precedências indicativas. Não deverá haver, no entanto, qualquer preocupação em dividir o currículo por anos do curso.
3. Discussão generalizada e rotação em Reunião Geral de Alunos (ou Assembleia de Escola) dos planos de estudo elaborados por todos os grupos de trabalho.
4. Depois de ratificados pela Comissão Directiva, os planos de estudo serão enviados ao M. E. C.

Em caso de não aprovação o assunto voltará a ser discutido em Reunião Geral de Alunos (ou Assembleia de Escola).

5. Envio dos planos de estudo aos departamentos para elaboração dos programas. Os cursos acompanharão de perto este estudo, e poderão votar os seus resultados.
6. Os métodos de ensino e de avaliação de conhecimentos mais adequados no ensino em cada cadeira serão escolhidos pelos alunos do respectivo curso em reunião conjunta com os professores do departamento em causa.
7. Os programas e métodos de ensino serão legitimados com a aprovação de Comissão Directiva, ou do Ministério quando necessário.
8. O segundo grau dos cursos de engenharia será elaborado posteriormente, segundo um método semelhante de acordo com as disponibilidades da escola.

Considera-se como desejável e possível que as etapas 2, 3 e 4 se concluam antes do fim de Dezembro de 1974 e que as etapas 5, 6 e 7 se concluam antes de terminado o 1º. semestre, de modo que em Abril, no 2º. semestre possam ser concretizadas todas as medidas imediatas de reforma indicadas anteriormente. Além disso, as etapas 2, 3 e 4 deverão ser realizadas, simultaneamente, e em constante intercâmbio de ideias, no Instituto Industrial de Lisboa.